

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO

Contrato n° 34/2017
Processo Administrativo n° 24/2017

Que entre si realizam, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL-RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ n° 04.215.090/0001-99, com sede na Rua Porto Alegre, n° 591, neste Município de Santa Cecília do Sul, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. **Jusene Consoladora Peruzzo**, brasileira, casada, portadora do CPF n°908.182.100-87, residente e domiciliada nesta Cidade, doravante denominada de **CONCEDENTE**, e de outro lado os agricultores: **Valdecir Moreira; Ari Perondi; Vilso Cecchin; Janir Cecchin; Michel Fracasso; Onelso Lourenço de Lima; Aldecir Perondi; Dionatan Mezzomo; Vanderlei Marsiglio**, todos residentes na Comunidade de Santo Antônio, no município de Santa Cecília do Sul, Grupo do Fracasso, doravante denominados de **CONCESSIONÁRIOS**, têm entre si certo e avençado, em conformidade com a **Lei Municipal n° 804/2017, de 14 de março de 2017**, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e se outorgam, o seguinte:

Cláusula Primeira - Constitui objeto do presente contrato, a concessão de uso, não onerosa, por parte do **CONCEDENTE** aos **CONCESSIONÁRIOS**, de: **01 Carreta Agrícola dois eixos simples 04 rodas com pneus novos 7,50 aro 16/12 lonas com câmara; carroceria de madeira nas dimensões mínimas de 3,60 m X 1,90m X 0,60m, (CxLxA), com freios automáticos capacidade para 5 toneladas. Serie n° 267; ano 2016.**

Cláusula Segunda - O equipamento objeto desta concessão de uso deverá ser utilizado de acordo com sua natureza.

Cláusula Terceira - O prazo da concessão de uso será de 04 (quatro) anos, renovável por igual período, caso persista o interesse das partes envolvidas.

Parágrafo único - Não havendo prorrogação contratual, ou que haja interrupção do contrato de concessão, independentemente do motivo, não farão *jus* os concessionários ao direito de retenção.

Cláusula Quarta - O desvio de finalidade, ou descumprimento de outras cláusulas contratuais, ou encerramento das atividades antes de findar o prazo contratual, ensejará no cancelamento dos benefícios desta lei e a retomada do bem móvel.

Cláusula Quinta - Fica vedado aos Concessionários transferir os benefícios desta lei, sem a prévia e expressa anuência do executivo municipal.

Parágrafo Primeiro - A admissão de novos concessionários dependerá da comprovação que o pretendente é produtor rural e assinatura do respectivo termo com o Poder Executivo.

Parágrafo Segundo - Caso outras comunidades do Município possuam interesse em utilizar o bem móvel ora concedido, os Concessionários deverão permitir o uso do equipamento pelos interessados, observado o disposto no *caput*.

Cláusula Sexta - Os Concessionários suportarão as despesas com manutenção e conservação do móvel durante todo o período de vigência da concessão de uso.

Parágrafo Único - Os Concessionários não poderão recobrar do Concedente as despesas realizadas com manutenção e/ou conservação do equipamento concedido.

Cláusula Sétima: Os Concessionários são solidariamente responsáveis pelo objeto concedido perante o Concedente.

Cláusula Oitava- O Foro de eleição é o da Comarca de Tapejara - RS.

Assim, após lido na presença do **Concedente** e **Concessionários**, assinaram o presente instrumento contratual na

presença de duas testemunhas, em três vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos e legais efeitos para si e seus sucessores.

Santa Cecília do Sul - RS, 10 de abril de 2017.

Jusene Consoladora Peruzzo

Prefeita Municipal

CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIOS:

Valdecir Moreira
CPF: 497192890-15

Ari Perondi
CPF: 361196010-15

Vilso Cecchin
CPF: 937958620-00

Janir Cecchin
CPF: 191833300-97

Michel Fracasso
CPF: 031803200-79

Onelso Lourenço de Lima
CPF: 191832830-72

Aldecir Perondi
CPF: 435617480-15

Dionatan Mezzomo
CPF: 022819550-79

Vanderlei Marsiglio
CPF: 437950210-49

Testemunhas:
